

DIÁRIO DO GRANDE ABC

PUBLICIDADE LEGAL

▼ Prefeitura Municipal de Santo André

LEI Nº 10.999, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026. Processo Administrativo nº 8.960/2017 - Projeto de Lei nº 26/2026. DISPÕE sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura de Santo André, no que se refere à Secretaria de Assuntos Jurídicos, e dá outras providências. GILVAN FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei: Art. 1º Fica reorganizada a estrutura administrativa da Prefeitura de Santo André, de que trata a Lei nº 9.940, de 28 de abril de 2017, nos termos da presente lei. Art. 2º As arts. 22 e 23 da Lei nº 9.940, de 28 de abril de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 22. A Secretaria de Assuntos Jurídicos tem por atribuições: I - defender e representar, em juízo ou fora dele, e por meio da Procuradoria-Geral do Município, os direitos e interesses da Administração Direta, sempre que necessário; II - estruturar, unificar e coordenar o sistema de assessoria e consultoria jurídica do conjunto de Secretarias e entidades da Administração Municipal, garantindo a correta aplicação das leis e demais normas legais e administrativas; III - executar, por meio da Procuradoria-Geral do Município, as atividades de consultoria e controle da legalidade administrativa dos atos da Administração Direta; IV - dar suporte ao Chefe do Poder Executivo Municipal na elaboração das mensagens à Câmara Municipal, inclusive na redação das justificativas de vetos; V - revisar propostas de ato normativo, retificando incorreções de técnica legislativa, inadequações de linguagem, imprecisões e lapsos manifestos; VI - sugerir ao Chefe do Poder Executivo Municipal medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público, inclusive para proteger o patrimônio dos órgãos da administração direta e indireta do Município; VII - realizar e divulgar interpretações da Constituição, das leis e demais atos normativos, após manifestação da Procuradoria-Geral do Município, a serem uniformemente seguidas pelos órgãos e entidades da estrutura administrativa; VIII - submeter à aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal pareceres do Procurador-Geral, para fins de atribuição de caráter jurídico-normativo, tornando-os cogentes para a administração pública municipal; IX - executar, por meio da Procuradoria-Geral do Município, a cobrança judicial da dívida ativa de natureza tributária do Município ou de quaisquer outras dívidas que não forem liquidadas nos prazos legais; X - dar suporte ao Chefe do Poder Executivo Municipal nas desapropriações, aquisições e alienações de imóveis; XI - instaurar, atuar e orientar juridicamente, por meio da Procuradoria-Geral do Município, inquéritos, sindicâncias e processos administrativos disciplinares; XII - receber e enviar comunicações aos órgãos de controle externo, salvo a hipótese de manifestação por parte do próprio Chefe do Poder Executivo Municipal; XIII - coordenar as atividades de defesa do consumidor e dos canais de atendimento a reclamações e orientações gerais ao cidadão, visando garantir seus direitos enquanto consumidor; XIV - coordenar, monitorar, avaliar, supervisionar e apoiar os projetos de parcerias público-privadas e as ações setoriais necessárias à sua execução; XV - coordenar os trabalhos da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos; XVI - no que se refere aos precatórios: a) atuar no âmbito dos Tribunais, inclusive os Superiores, e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no que se refere ao processamento e pagamento de precatórios, promovendo a defesa dos interesses da administração direta e indireta nas atividades administrativas, em procedimentos de sequestro e em ações de mandados de segurança, nas questões da atividade administrativa desenvolvida pelos Tribunais, incluídas as discussões envolvendo a utilização de crédito de precatório, nos termos dos dispositivos constitucionais e legais; b) supervisionar o pagamento de precatórios e requisição de valores devido, acompanhando na evolução da dívida junto à pasta responsável pela Fazenda Municipal, sugerindo as medidas administrativas e judiciais cabíveis, visando à diminuição do ingresso de novos precatórios no estoque; c) defender e representar, inclusive judicialmente, os direitos e interesses da administração direta e indireta nas questões relacionadas ao processamento e pagamento de precatórios, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, ao 2º Região do Estado de São Paulo e ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região; d) verificar a admissibilidade de cada precatório quando de seu ingresso no estoque, inclusive quanto à informação sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas no § 10, do art. 100 da Constituição Federal; e) promover a redução do estoque de precatórios judiciais pendentes de pagamento por meio de todas as medidas adicionais legalmente previstas; f) coordenar os trabalhos da Câmara de Conciliação de Precatórios; g) elaborar o plano anual de pagamento de precatórios, e defendê-lo, administrativa e judicialmente, caso necessário; XVII - desempenhar outras atividades afins. Parágrafo único. O exercício da representação, em juízo ou fora dela, das entidades da Administração Indireta, bem como a respectiva consultoria e o controle da legalidade administrativa no âmbito delas, poderá ter disciplina específica em regulamento. Art. 23. Para o cumprimento de suas atribuições institucionais, a Secretaria de Assuntos Jurídicos contará com os seguintes órgãos: I - Procuradoria-Geral: 1. Gerência Administrativa; 2. Gerência Técnica; a) Subprocuradoria-Geral: 1. Procuradoria Consultiva; 1.1. Gerência da Consultoria Geral; 2. Procuradoria de Técnica Legislativa; 3. Procuradoria de Assuntos Fiscais e Tributários; 4. Procuradoria de Assuntos Patrimoniais e Ambientais; 5. Procuradoria de Assuntos Judiciais Gerais; 6. Procuradoria de Assuntos Disciplinares; 6.1 Comissão Permanente de Inquérito - CPI; 6.1.1 Encargatária da Comissão Permanente de Inquérito; II - Procuradoria de Políticas de Proteção e Defesa do Consumidor; a) Gerência de Defesa do Consumidor; III - Departamento de Projetos e Parcerias Público-Privadas. § 1º A Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos e a Câmara de Conciliação de Precatórios ficam vinculadas diretamente à Procuradoria-Geral. § 2º O Subprocurador-Geral do Município, por sua assessoria, exercerá as atribuições relativas ao controle externo. § 3º O Presidente da Comissão Permanente de Inquérito será o responsável pela Procuradoria de Assuntos Disciplinares. § 4º As atribuições de cada unidade vinculada à Procuradoria-Geral do Município serão disciplinadas por regulamento de competência do Procurador-Geral do município". Art. 3º Fica criada a Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos no Município de Santo André, vinculada à Procuradoria-Geral do Município, que terá as seguintes atribuições: I - dirimir, por meios autocompositivos, os conflitos entre órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta; II - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público; III - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta nos casos submetidos a meios autocompositivos. § 1º Os critérios, normas, composição e funcionamento da Câmara, de que trata o caput deste artigo, serão estabelecidos em regulamento de competência do Procurador-Geral do Município. § 2º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e, após a homologação do Procurador-Geral do Município, constituirá título executivo extrajudicial. Art. 4º Ficam extintos, na estrutura administrativa da Secretaria de Assuntos Jurídicos, o Departamento de Consultoria Geral, o Departamento de Técnica Legislativa e o Departamento de Controle Externo. Parágrafo único. A Gerência da Consultoria Geral deixa de compor a estrutura do Departamento de Consultoria Geral, subordinando-se diretamente à Procuradoria Consultiva. Art. 5º Ficam alteradas na estrutura administrativa da Secretaria de Assuntos Jurídicos, a denominação dos seguintes órgãos: I - Departamento de Defesa do Consumidor passa a denominar-se Departamento de Políticas de Proteção e Defesa do Consumidor; II - Procuradoria Fiscal passa a denominar-se Procuradoria de Assuntos Fiscais e Tributários; III - Procuradoria Patrimonial passa a denominar-se Procuradoria de Assuntos Patrimoniais e Ambientais; IV - Procuradoria Judicial passa a denominar-se Procuradoria de Assuntos Judiciais Gerais. Art. 6º Ficam criadas a Gerência Administrativa e a Gerência Técnica, subordinadas diretamente à Procuradoria-Geral. Parágrafo único. As gerências, de que trata o caput deste artigo, serão ocupadas pela função gratificada de Gerente Especialista I. Art. 8º Fica extinto, na estrutura administrativa da Secretaria de Aquisição e Contratos, o Departamento de Análise Jurídica. Parágrafo único. A Gerência de Apoio Jurídico às Licitações e a Gerência de Terceiro Setor ficam subordinadas diretamente ao gabinete da Secretaria de Aquisição e Contratos. Art. 9º O Procurador-Geral do Município, de livre nomeação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, será considerado agente político municipal, com vencimentos fixados nos termos do Anexo II, parte integrante da presente lei. Art. 10. O cargo comissionado de Subprocurador-Geral do município será ocupado por servidor integrante do cargo de Procurador e suas atribuições e vencimentos encontram-se descritas nos Anexos I e V, partes integrantes da presente lei. Art. 11. Ficam criados e extintos, na Administração Direta, os cargos em comissão, com os respectivos quantitativos, classes remuneratórias e requisitos de escolaridade, nos termos dos Anexos I e II, respectivamente, partes integrantes da presente lei. Art. 12. Ficam criadas, na Administração Direta, as funções gratificadas, com os respectivos quantitativos, classes remuneratórias e requisitos de escolaridade, nos termos do Anexo IV, parte integrante da presente lei. Art. 13. O art. 3º da Lei nº 10.694, de 25 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º A Câmara de Conciliação de Precatórios será composta por 04 (quatro) membros, a saber: I - Procurador-Geral do Município; II - Subprocurador-Geral; III - (01) um servidor efetivo, ocupante do cargo de Procurador; IV - (01) um representante da Secretaria de Finanças e Planejamento. Parágrafo único. Os membros de que trata o inciso III e IV serão designados pelos titulares das respectivas secretarias, ouvido o Procurador-Geral do Município, devendo, ainda, ser designados suplentes para os membros a que se referem os incisos I e IV. Art. 14. A denominação conferida pela presente lei aos órgãos municipais será aplicada à legislação em vigor, sem que haja revogação tácita pela mera alteração formal das denominações. Art. 15. As despesas com a execução da presente lei ocorrerão por conta das verbas orçamentárias próprias, originalmente consignadas para os órgãos correspondentes. Art. 16. Revogam-se: I - art. 1º da Lei 10.854, de 25 de junho de 2025. II - art. 20 da Lei nº 10.981, de 26 de junho de 2026. Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 08 de setembro de 2026. GILVAN FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL - EDSON SALVO MELO - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI - SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS - Registrada e digitada no Departamento Administrativo do Expediente do Gabinete, na mesma data e publicada. ANA CLAUDIA CEBRIAN LEITE - CHEFE DE GABINETE.

Denominação	Quantidade	Tabela	Classe	Requisito
Subprocurador-Geral	01	IV	8	Ensino Superior em Direito + OAB
Assessor de Secretário Municipal	02	IV	7	Dispensa

Denominação	Quantidade	Tabela	Classe	Requisito
Secretário Adjunto	01	IV	8	Dispensa
Diretor de Departamento	04	IV	7	Ensino Médio

Denominação	Quantidade	Tabela	Classe	Requisito
Procurador-Geral	01	IV	7	Subsídio

Denominação	Quantidade	Tabela	Classe	Requisito
Procurador Chefe	02	II	8	Ensino Superior em Direito + OAB e ocupar o cargo de Procurador
Gerente Especialista I	02	II	7	Ensino Superior na área + Registro no conselho de classe quando houver

- ANEXO V**
ATRIBUIÇÕES DO CARGO COMISSONADO
SUBPROCURADOR-GERAL
- Prestar assistência direta, técnica e jurídica ao Procurador-Geral do Município, subsidiando-o na tomada de decisões e no exercício de suas atribuições institucionais;
 - Coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades das Procuradorias e unidades administrativas que estejam sob sua responsabilidade, promovendo a integração e a adequada execução dos trabalhos;
 - Acompanhar e supervisionar a tramitação de processos judiciais e administrativos de relevante interesse para o Município, adotando as providências necessárias ao seu regular andamento;
 - Avocar, por determinação do Procurador-Geral do Município, processos judiciais ou administrativos, para análise, acompanhamento ou adoção das providências que se fizerem necessárias;
 - Praticar atos de gestão ordinária no âmbito de suas atribuições, despachar expedientes e documentos e cumprir diligências ou determinações delegadas pelo Procurador-Geral do Município;
 - Assessorar o Procurador-Geral na elaboração de estudos, pareceres, manifestações, relatórios, propostas e demais atos necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais da Procuradoria-Geral do Município;
 - Promover a articulação e a integração entre as Procuradorias, órgãos e unidades da Administração Pública Municipal, visando à uniformização de procedimentos e ao aprimoramento da atuação jurídica do Município;
 - Acompanhar o cumprimento das orientações, diretrizes e determinações expedidas pelo Procurador-Geral do Município, zelando pela observância das normas legais e regulamentares aplicáveis;
 - Substituir o Procurador-Geral do Município em suas ausências, impedimentos ou afastamentos, quando formalmente designado, observadas as disposições legais pertinentes;
 - Executar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Procurador-Geral do Município, compatíveis com a natureza e o nível de responsabilidade do cargo;
 - Executar outras tarefas afins e correlatas.

▼ CRAISA

COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO SANTO ANDRÉ

Considerando o princípio da publicidade e em atenção às determinações do Egrégio Tribunal de Contas, justificamos os pagamentos a seguir relacionados, com alteração de ordem cronológica, pelo fato de envolver serviços de extrema necessidade, essenciais e de continuidade inadieváveis, a saber: Pagtos 03/08/26: Império Distribuidora e Comercio Atacadista Ltda, NF 88, 90, 91, vencido 15/05/26 e 30/05/26, valor R\$ 10.976,56. Kodama Assessoria Contábil SS Ltda, NF 180, vencido 03/08/26, valor R\$ 8.330,00. Prediolar Mat, P/ Constr. Ltd, NF 5348, vencido 03/08/26, valor R\$ 2.363,45. Rebal Comercial Ltda, NF 304166, vencido 02/08/26, valor R\$ 2.762,89. Rede Automática 2 Posto de Serviços Ltda, NF 11836, vencido 03/08/26, valor R\$ 6.830,37. Telefônica Brasil S.A., NF 680010, 14043801, 14047591, vencido 01/08/26, 02/08/26 e 03/08/26, valor R\$ 278,10. Pagtos 06/08/26: Porto Seguro Saúde Ocupacional e Seguradora do Trabalho Ltda, NF 232108, 232109, 232110, vencido 06/08/26, valor R\$ 13.307,49. Telefônica Brasil S.A., NF 42225841, vencido 03/08/26, valor R\$1.564,65. Pagtos 07/08/26: Burdells & Pereira Associados, fatura 77547, vencido 07/08/26, valor R\$ 580,55. Fabris Serviços de Controladores de Acesso, Portaria, Monitoramento, NF 2372, 2373, 2374, 2375, vencido 30/06/26, valor R\$ 203.273,70. Gente Seguradora S/A, fatura 09, vencido 10/08/26, valor R\$ 1.827,21. Suprir Alimentação Ltda, NF 168, vencido 06/08/26, valor R\$ 737.175,50. Pagtos 10/08/26: Bug Aid Solutions Ltda, NF 213, 314, 315, 316, vencido 14/08/26, valor R\$ 444.931,70. Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. -ENEL, NF 715, 67499, vencido 10/08/26, valor R\$ 69.1970,71. Pagtos 11/08/26: Dadeira Cristal Express Ltda, NF 5756, vencido 12/08/26, valor R\$ 239,80. Rebal Comercial Ltda, NF 304745, vencido 12/08/26, valor R\$ 3.165,87. Telefônica Brasil S.A., NF 14328231, 14329486, 14330848, 14334485, vencido 11/08/26, valor R\$ 657,44. Pagtos 12/08/26: A Cassia Alimentos EIRELI, NF 10562, vencido 30/07/26, valor R\$ 8.035,20. Agrosuco Comercio Importação e Exportação Unipessoal, NF 42972, 42973, 42974, 43080, 43081, 430911, 430912, 430913, 430914, 430915, 430916, 430917, 430918, 430919, 430920, 430921, 430922, 430923, 430924, 430925, 430926, 430927, 430928, 430929, 430930, 430931, 430932, 430933, 430934, 430935, 430936, 430937, 430938, 430939, 430940, 430941, 430942, 430943, 430944, 430945, 430946, 430947, 430948, 430949, 430950, 430951, 430952, 430953, 430954, 430955, 430956, 430957, 430958, 430959, 430960, 430961, 430962, 430963, 430964, 430965, 430966, 430967, 430968, 430969, 430970, 430971, 430972, 430973, 430974, 430975, 430976, 430977, 430978, 430979, 430980, 430981, 430982, 430983, 430984, 430985, 430986, 430987, 430988, 430989, 430990, 430991, 430992, 430993, 430994, 430995, 430996, 430997, 430998, 430999, 431000, 431001, 431002, 431003, 431004, 431005, 431006, 431007, 431008, 431009, 431010, 431011, 431012, 431013, 431014, 431015, 431016, 431017, 431018, 431019, 431020, 431021, 431022, 431023, 431024, 431025, 431026, 431027, 431028, 431029, 431030, 431031, 431032, 431033, 431034, 431035, 431036, 431037, 431038, 431039, 431040, 431041, 431042, 431043, 431044, 431045, 431046, 431047, 431048, 431049, 431050, 431051, 431052, 431053, 431054, 431055, 431056, 431057, 431058, 431059, 431060, 431061, 431062, 431063, 431064, 431065, 431066, 431067, 431068, 431069, 431070, 431071, 431072, 431073, 431074, 431075, 431076, 431077, 431078, 431079, 431080, 431081, 431082, 431083, 431084, 431085, 431086, 431087, 431088, 431089, 431090, 431091, 431092, 431093, 431094, 431095, 431096, 431097, 431098, 431099, 431100, 431101, 431102, 431103, 431104, 431105, 431106, 431107, 431108, 431109, 431110, 431111, 431112, 431113, 431114, 431115, 431116, 431117, 431118, 431119, 431120, 431121, 431122, 431123, 431124, 431125, 431126, 431127, 431128, 431129, 431130, 431131, 431132, 431133, 431134, 431135, vencido 15/03/26 e 30/03/26, valor R\$ 170.308,95. W&C Alimentos Ltda EIRELI, NF 6865, 6866, 6867, 6868, 6869, 6870, 6871, 6872, 6873, 6874, 6875, 6876, 6877, 6878, 6879, 6880, 6881, 6901, 6904, 6903, 6912, 6915, 69126, 69127, 69129, 69130, 69160, vencido 15/03/26 e 30/03/26, valor R\$ 150.621,45. Pagtos 14/08/26: Altros Locação e Comercio de Equipamentos Ltda, fatura 113, vencido 15/08/26, valor R\$ 2.800,00. Brand Brasil Consultoria e Informatica Ltda, NF 9905, vencido 15/08/26, valor R\$ 14.120,00. Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, NF 3973965, fatura 445238, vencido 15/08/26, valor R\$ 9.523,26. Companhia Ultragraf S.A., NF 13326, 13460, 18100, 17797, 4449336, 4451263, vencido 15/08/26, valor R\$ 4.353,28. DAPA Tec Equipamentos de Ponto Ltda, NF 54886, vencido 15/08/26, valor R\$ 1.297,97. Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.-ENEL, NF 66947, vencido 17/08/26, valor R\$ 202.569,30. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio - FUNDEPAQ, NF 16990, vencido 15/08/26, valor R\$ 4.040,84. G.L. Ballarin - Serv. Administrativos Ltda, NF 33219, vencido 15/08/26, valor R\$ 1.448,80. L3 Software Ltda, NF 69435, vencido 15/08/26, valor R\$ 6.400,00. Lander Elevadores Ltda, NF 5581, vencido 15/08/26, valor R\$ 1.901,20. MR. Computer Informatica Ltda, fatura 18963, vencido 15/08/26, valor R\$ 5.761,95. NotreDame Intermédica Saúde S.A., NF 46600206, 46613564, vencido 14/08/26, valor R\$ 235.692,58. Nova Jet Comercial Eletrica Ltda, NF 2872, vencido 14/08/26, valor R\$ 2.716,00. Nova Start Fone Audiofones EIRELI - EPP NF 3325, vencido 15/08/26, valor R\$ 3.666,55. OPVS Consultores Associados e Projetos em TI Ltda, NF 14026, vencido 30/08/26, valor R\$ 1.365,65. Prime Telecomunicações S/S, NF 2187, vencido 14/08/26, valor R\$ 4.112,00. Rogério Ferreira Albino Transportes, NF 257, vencido 14/08/26, valor R\$ 3.783,00. RPC Informatica Ltda, fatura 1491, vencido 15/08/26, valor R\$ 56.009,00. Servictec Brasil Ltda ME, fatura 52414, vencido 15/08/26, valor R\$ 573,19. Servico de Manutenção e Segurança do Trabalho Ltda, NF 1413, 1711, 87, Resiliense Logística e Transporte Ltda, fatura 96, 97, NF 278, 279, vencido 15/08/26, valor R\$ 468.309,90. Rocher Comercio de Artes e Negocios Ltda, fatura 89, 90, 96, NF 151, vencido 15/05/26, valor R\$ 1.413,71, 87, Resiliense Logística e Transporte Ltda, fatura 96, 97, NF 278, 279, vencido 15/08/26, valor R\$ 468.309,90. Rocio Comercio de Artes e Negocios Ltda, fatura 89, 90, 96, NF 151, vencido 15/05/26, valor R\$ 1.413,71, 87, Resiliense Logística e Transporte Ltda, fatura 96, 97, NF 278, 279, vencido 15/08/26, valor R\$ 468.309,90. Santo André, 08 de setembro de 2026. CRISTIAN VIANNA DE SOUZA - SECRETÁRIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO - EDSON SALVO MELO - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI - SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS - Registrada e digitada no Departamento Administrativo do Expediente do Gabinete, na mesma data e publicada. ANA CLAUDIA CEBRIAN LEITE - CHEFE DE GABINETE.

Digitally signed by Edson Salvo Melo, DN: cn=EDSON SALVO MELO, o=DIÁRIO DO GRANDE ABC, ou=SA:575413770001, email=edson.salvo@diariodograbc.com.br, c=BR, Date: 2026.09.08 18:58:18 -03:00

▼ Editais Forenses

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ON-LINE

1º LEILÃO: 21 de setembro de 2026, às 14h30min *
2º LEILÃO: 23 de setembro de 2026, às 14h30min *
(* horário de Brasília)



Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira(a) Oficial, JUCESP nº 636, com escritório na Rua Herval, nº 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP: 03082-000, FAZ SABER a todos quanto ao presente EDITAL virem ou dele conhecimento livre, que levará a **LEILÃO PÚBLICO** de modo **PRESENCIAL** e **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 30.400.888/0001-42, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 30.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com força de escritura pública nº 07/3552320011709, firmado em 03/08/2016, com o(s) Fiduciante(s) **FABIO FERREIRA MIRANDA**, inscrita no CPF/MF 339.550.448-84 e sua mulher **LARISSA CASTILHANO MIRANDA**, inscrita no CPF/MF 319.338.738-31, no dia 21/09/2026 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 439.197,91** (quatrocentos e trinta e nove mil cento e noventa e sete reais e noventa e um centavos), o imóvel matriculado sob o **Nº 106.592 do 2º Registro de Imóveis de Santo André/SP**, constituído por "Assidência nº 4-A, localizada no pavimento superior 2 e no Pavimento Cobertura, do Condomínio "Residencial Apalaches I", com entrada pelo nº 535 da Rua Apalaches, situado no "Parque Novo Oratório", perímetro urbano da cidade de Santo André, possuindo uma área real privativa de 105,000m² (estando incluída nesta, a área real privativa descoloreta de 31,000m²), correspondendo o uso exclusivo de um terreno descoloreto localizado acima desta, no pavimento de cobertura, área real comum de divisão não proporcional igual a 19,000m² (correspondendo a uma vaga parcialmente coberta, determinada, designada como VAGA 4), área real comum de divisão proporcional de 28,1537m², perfazendo uma área real total construída de 152,2037m², correspondendo-lhe uma fração ideal no todo do terreno e nas demais coisas de uso comum do condomínio igual 0,317225 ou 31,7225%. O referido Condomínio, foi construído sobre o terreno de 150,00m². Cadastro Municipal: 15.142.030. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Conta conforme R.O.3 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel Ocupado (insirir estado de ocupação e eventuais irregularidades)**, ONUS: informar ônus constantes da matrícula, processos que tenham por objeto o imóvel de leilão. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **23/09/2026**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 232.975,58** (duzentas e trinta e dois mil novecentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), nos termos do art. 27, 2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, encunhar e documentação necessária para liberação do cadastro **24 horas** do início do leilão. Outras informações no site do Leiloeiro(a): www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02/27.881_AD_ID-Job).

▼ Prefeitura Municipal de Santo André

Secretaria de Administração, Inovação e Tecnologia. Portaria(s) assinada(s) pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Santo André. Colocar à disposição: Port. nº 1161.09.2026 da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Débora Fernanda Vichessi, Agente de Saúde, com prejuízo de seus vencimentos e das demais vantagens, no período de 01 de setembro a 31 de dezembro do corrente exercício. Exonerar cargo em comissão: Assessor de Secretário Municipal: Port. nº 1165.09.2026 Daniel Tavares - SAJ, Assessor Especial de Políticas Públicas: Port. nº 1169.09.2026 Valéria Procópio Ferreira - SAJ, Port. nº 1171.09.2026 Daniel Tavares - SAJ, Port. nº 1178.09.2026 Renato Gracioso Oliveira - SAC, Procurador Claudio Jacintho dos Santos - DCE-SAJ, Port. nº 1157.09.2026 Maria Carolina Martins e Ortiz Pelosini - DTL-SAJ, Port. nº 1168.09.2026 Alexandre Cordeiro de Brito - DCG-SAJ, Port. nº 1170.09.2026 Alessandra Alves do Nascimento - DAJ-SAC, Secretário Adjunto: Port. nº 1164.09.2026 Isabela de Fátima Lhano - SAJ, Nomear cargo em comissão: Assessor de Secretário Municipal: Port. nº 1174.09.2026 Alexandre Cordeiro de Brito - SAJ, Port. nº 1175.09.2026 Valéria Procópio Ferreira - SAJ, Port. nº 1177.09.2026 Ana Paula de Campos Silveira Malveze - SAC, Assessor Especial de Políticas Públicas: Port. nº 1178.09.2026 Renato Gracioso Oliveira - SAC, Port. nº 1178.09.2026 Renato Gracioso Oliveira - SAC, Procurador Subprocurador-Geral: Port. nº 1173.09.2026 Claudia Jacintho dos Santos - PG-SAJ, Portaria(s) assinada(s) pela Secretaria de Administração, Inovação e Tecnologia. Designar: A partir de 09 do corrente: Port. nº 270.09.2026, Maria Carolina Martins e Ortiz Pelosini, Procurador, para exercer a função gratificada de Procurador Chefe - Procuradoria de Técnica Legislativa; Port. nº 271.09.2026, Aullan de Oliveira Leite, Procurador, para exercer a função gratificada de Procurador Chefe - Procuradoria Consultiva; Port. nº 272.02.2026, Patricia Sargent, Agente de Políticas Públicas e Gestão Governamental, para exercer a função gratificada de Gerente Especialista I - Procuradoria-Geral; Port. nº 273.09.2026, Miguel Ferreira Palacios, Agente de Políticas Públicas e Gestão Governamental, para exercer a função gratificada de Gerente Especialista I - Procuradoria-Geral. Remover: A partir de 09 do corrente: Port. nº 274.09.2026, Luiz Gustavo Martins de Souza, Procurador Chefe, para Procuradoria de Assuntos Fiscais e Tributários; Port. nº 275.09.2026, Leandro Ferreira de Camargo, Procurador Chefe, para Procuradoria de Assuntos Judiciais Gerais; Port. nº 276.09.2026, Maria Lusa Leal Cunha Bacarini, Procurador Chefe, para Procuradoria de Assuntos Patrimoniais e Ambientais; Port. nº 277.09.2026, Patricia Barbieri Diezel, Presidente da Comissão Permanente de Inquérito, para Procuradoria de Assuntos Disciplinares. Revogar: Port. nº 279.09.2026, a partir de 09 do corrente, a Portaria nº 205.08.2026-SAIT que designou Renata Graciao de Oliveira, Agente de Desenvolvimento Infantil, para exercer a função gratificada de Encarregado IV - SAC. Nomear: Port. nº 278.09.2026 Leandro Sylvestre Mondoni, Gerente Geral II; Claudia Jacintho dos Santos, Diretor de Departamento; Ana Paula de Carvalho Rios, Gerente Especial, e Mara Lucia Sbrana Rozendo Passos, Gerente Geral II, para comporem a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Santo André, no âmbito do Processo Administrativo nº 3555408, 416.0017997/2026-86. Santo André, 08 de setembro de 2026 - Edson Salvo Melo, Secretário - Secretaria de Administração, Inovação e Tecnologia.

Secretaria de Administração, Inovação e Tecnologia Ref.: Concurso Público – Edital 02/2023. Ficam convocados(as) o(s)as) candidato(s) habilitado(s) em Concurso Público para o cargo de Auxiliar Administrativo II, conforme o Edital nº 171.09.2023, e para as vagas reservadas aos candidatos negros e não negros, conforme tabela abaixo, comparecerem à Prefeitura Municipal de Santo André, Praça U Interdiano, nº 01 - Andar Térreo 01 - Praça de Atendimento ao Servidor – Centro – Santo André/SP, no dia 15/09/2026, nos horários relacionados na tabela abaixo, para procedimento de admissão (entrega de documentos e agendamento de exames médicos administrativos). O não comparecimento acarretará desclassificação por renúncia tácita.

Class.	Nome	Procedimento de admissão
11ªN	Isaque da Silva Mello	Horário
12ªN	Melissa Pedrosa da Silva	12h00min
51ª	Claudio Lucas Appugliese Giotto	12h40min
52ª	Camila Maria Oliveira da Silva	13h00min
53ª	Yasmin Roberta da Silva de Jesus	14h00min
54ª	Eduardo dos Santos	15h00min
55ª	Bruno dos Santos Buesso	16h20min

Deixa de ser convocado o candidato Jefferson de Lima da Silva, classificado em 50º lugar da lista de ampla concorrência para o cargo de Auxiliar Administrativo II, tendo em vista que já foi convocado por meio da lista de vagas reservadas aos candidatos negros, conforme termos previstos no presente edital. Carolinna de F. Silvério Diretora do Departamento de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº 003.09.2026 - SFPE, Reinaldo Messias da Silva, Secretário de Finanças e Planejamento Estratégico de Santo André, no uso de suas atribuições legais, resolve: Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestor e Fiscal do contrato administrativo a ser celebrado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 da contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos nas áreas econômica e financeira, voltados ao gerenciamento e implantação de programa de gestão tributária municipal, os servidores: I - Gestor: Randal Romão Bueno, I.F. 35.862-2; II - Fiscal: Renato Cardoso de Castro, I.F. 35.372-8. Art. 2º Compete ao Gestor e Fiscal, no âmbito de suas respectivas atribuições, exercer as funções previstas na legislação aplicável. Art. 3º A designação prevista nesta Portaria não afasta a necessidade de identificação específica do Gestor e Fiscal nos respectivos processos administrativos e instrumentos contratuais, quando necessário. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Santo André, 08 de setembro de 2026. REINALDO MESSIAS DA SILVA, SECRET